

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ

AFRFB reafirmam defesa da Seguridade Social



Audidores-fiscais, presentes ao seminário “Previdência Social em Debate”, assumem o compromisso de encarar como missão a defesa da Seguridade Social para garantir o exercício de cidadania e o mínimo de qualidade de vida para milhões de brasileiros. No evento, promovido pela Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro, os cerca de 150 participantes discutiram temas como a Fiscalização das Contribuições Previdenciárias, bem como a Reforma Tributária e a Desoneração da Folha de Pagamento. Acompanhe nesta edição especial a cobertura completa do Seminário.

AFRFB prestam homenagem à Lina Vieira e falam de suas expectativas para o futuro da RFB.
Págs. 3, 4 e 5

Categoria discute propostas para a melhoria da fiscalização das contribuições previdenciárias.
Págs. 6 e 7

Participantes do Seminário discutem propostas para uma Reforma Tributária mais justa.
Págs. 8 e 9

Audidores-fiscais registram, em carta, compromisso de defender a Previdência Social.
Págs. 10 e 11

REMADORES!

Passados mais de dois anos da fusão das secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária ainda nos vimos sob o atropelo de ter de pôr em andamento um projeto que não foi planejado. Pelo menos não na parte que realmente nos interessa e nos afeta enquanto remadores desse grande barco que é a Receita Federal do Brasil.

Esqueceram-se de nos dar remos apropriados para fazer o barco navegar. E se antes estávamos acostumados a trabalhar com um só remo, agora temos dois que precisam ser movimentados em sincronia para o barco não adernar.

Mas, onde está o manual de instruções? Os treinamentos?

Prestes a afundar num mar de incertezas, sentimos o alívio de ter no comando de nosso barco alguém que não se deixou dominar pelo poder, mantendo intactas suas raízes de remador. Pela primeira vez, em muitos anos, conseguimos nos enxergar como parte, realmente, importante de um todo e ter disposição para fazer o barco navegar, apesar das dificuldades.

Infelizmente, prevaleceu a veadiciedade do ditado “tudo que é bom, dura pouco”. Pouco tempo para reconstruir a Receita Federal que queremos e da qual preci-

samos, para resgatar nossa autoestima.

Ainda temos muitas tempestades para enfrentar e muitos “icebergs” ameaçam se interpor em nossa rota. Longe de nos desanimar, precisamos encarar cada dificuldade, cada obstáculo como um desafio que, juntos, poderemos superar.

Pela primeira vez conseguimos nos enxergar como parte importante de um todo

Este número do “Agente Fiscal” é uma edição especial sobre o seminário “Previdência Social em Debate”, promovido no dia 27 de julho pela Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro com a colaboração das DSs de Belo Horizonte/MG, Ceará/CE, Limeira/SP, Niterói/RJ e Vitória/ES. O evento fez parte de uma sequência que realizamos para discutir a legislação e a administração tributária.

Desde 2008, as delegacias sindicais do Unafisco e sindicatos filiados à Fenafisp realizam diversos ciclos de debates com temas do interesse da Receita Federal,

dos auditores-fiscais e da representação sindical da categoria, onde sempre buscamos a defesa dos legítimos interesses dos AFRFB, o papel de fortalecimento da nossa entidade sindical e a construção de uma Receita Federal melhor para o Brasil.

O seminário “Previdência Social em Debate” contribuiu para este fim e foi um alerta, acendeu a luz vermelha para a necessidade de darmos atenção devida à fiscalização das contribuições previdenciárias e à proposta de desoneração da folha de pagamentos inserida na Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional.

Ao longo dos anos, o acúmulo de conhecimento adquirido em fóruns como esses nos permitiu por diversas vezes gozar do sentimento de vitória, seja na defesa de nossos interesses específicos, seja na defesa dos interesses de nosso país. Recentemente, graças a esses eventos, conseguimos alcançar a grande vitória da categoria que foi a fundação do Sindifisco Nacional.

Certa de que muito ainda temos a ganhar com esses debates, a Diretoria da DS/RJ convida a todos a se engajarem na discussão sobre a Previdência Social em defesa dos nossos interesses corporativos e da sociedade.

Gestão da ex-secretária Lina Vieira foi a tônica nos discursos de abertura do seminário



Da esquerda para a direita - Os AFRFB José Carlos Sabino Alves, Denise Esteves Fernandes, Vera Teresa Balieiro, Henrique Jorge Freitas e Marcelo Lettieri Siqueira.

“Onze meses apenas foram suficientes para devolver a auto-estima que tivemos solapada durante treze anos de Receita”, afirmou em seu discurso de abertura do seminário “Previdência Social em Debate” o superintendente-adjunto da 7ª Região Fiscal, José Carlos Sabino Alves, referindo-se ao tempo de gestão da auditora-fiscal Lina Maria Vieira frente à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB. Esta foi apenas uma das várias referências feitas ao trabalho da ex-SRFB nos discursos da cerimônia de abertura do evento, promovido pela Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro com a colaboração das DSs de Belo Horizonte/MG, Ceará/CE, Limeira/SP, Niterói/RJ e Vitória/ES. O seminário reuniu, no dia 27 de julho, cerca de 150 AFRFB de várias localidades no Windsor Flórida Hotel, na cidade do Rio de Janeiro.

José Carlos Sabino disse que apesar do curto tempo para que ações concretas pudessem apresentar o efeito esperado, ações simbólicas foram suficientes para restabelecer a auto-estima, os ventos de mudança, a esperança de que os auditores-fiscais, novamente, seriam tratados devidamente

como autoridade de Estado. “Vivíamos um clima de esperança e de comprometimento fruto de um resgate de nossa valorização profissional”, disse a presidente da DS/RJ, Vera Teresa Balieiro, ao explicar o cenário em que este evento foi concebido, durante a gestão da ex-secretária da Receita Federal do Brasil e que mudou há poucos dias atrás com a sua saída.

Marcelo Lettieri Siqueira, coordenador-geral de Estudos, Previsão e Análise da RFB, comparou os onze meses de gestão de Lina Vieira, tempo de gestação de um elefante, ao próprio animal por sua resistência. “Eu acho que foi isso o que a Lina gestou: uma resistência na Receita Federal a todos os tipos de pressões externas; e foram muitas, acreditem”, disse. A título de exemplo, ele citou o fato de a ex-SRFB ter estampado na capa de um grande jornal a frase de que o bom contribuinte se sentia um otário com a Medida Provisória 449, contra a posição maciça do governo. Lembrou que a Receita Federal, sob sua liderança, foi a única que se opôs ao acordo do crédito-prêmio do IPI.

Ainda sobre a atuação de Lina Vieira, o coordenador-geral destacou sua ousadia de voltar a debater a questão das compensações, de resistir a indicações de nomes políticos para ocupação de cargos

e, em reforço, ter aberto um processo seletivo. “Poderia passar o dia listando o que foi feito, mas gostaria de ressaltar dois pontos principais: a preocupação com as pessoas - quando disse ao presidente Lula que o grande problema da fusão dos Fiscos foi não ter levado em consideração as pessoas - e a valorização do fórum sindical”, relatou Marcelo Lettieri.

O subsecretário de Fiscalização da RFB, Henrique Jorge Freitas, discorreu sobre o trabalho da ex-SRFB e informou que se encontra com o ministro da Fazenda uma proposta de acabar com o Mandado de Procedimento Fiscal - MPF, que foi entregue por Lina Vieira antes de ela ser demitida. Ele ressaltou que agora “cabe à categoria, por meio das entidades sindicais, cobrar o andamento dessa proposta”. Henrique Freitas afirmou que, apesar da saída de Lina Vieira, a equipe de fiscalização da RFB prossegue atuando de acordo com as orientações recebidas na época.

Ao traçar um paralelo entre o antes e o agora - a saída da secretária Lina Vieira, a consequente instalação de uma chefia interina da Casa e a imprensa trazendo ao público uma série de denúncias e informes a respeito de fiscalizações da Receita -, a presidente da DS/RJ afirmou termos chegado ao absurdo debate de a Receita Federal poder ou não fiscalizar.

“cabe à categoria, por meio das entidades sindicais, cobrar o andamento dessa proposta”.
Henrique Freitas



Ante esse quadro, Vera Teresa Balieiro lembrou a todos que a obrigação dos AFRFB, como servidores de Estado, é com a Receita Federal e com o Brasil e que é preciso cobrar de quem quer que venha a ocupar a secretaria o compromisso de uma Receita Federal livre de ingerências político-partidária e de interesses privados.

Para o superintendente-adjunto, apesar de este ser um momento delicado, é também um momento de construção. José Carlos Sabino manifestou sua esperança de que seja dado prosseguimento à proposta de mudança sinalizada pela ex-secretária Lina Vieira e classificou como histórico o fato de a Receita Federal ter, pela primeira vez, uma secretária do sexo feminino, assim como, também pela primeira vez, a superintendente da 7ª Região Fiscal ser mulher. “Não se pode negar que com a



Integrantes da Mesa de Abertura traçaram paralelos entre o antes e o depois da gestão da ex-secretária da RFB.

sensibilidade feminina elas conseguiram impulsionar a Receita, endurecida durante anos e anos pelo gênero masculino”, concluiu.

Prestigiaram o evento os representantes das delegacias sindicais de Brasília/DF, Campos/RJ, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Goiás/GO,

Manaus/AM, Mato Grosso do Sul/MS, Paraíba/PB, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Santa Cruz do Sul/RS, Santos/SP, São Paulo/SP e de Sorocaba/SP, além de representantes do Sindifisp da Bahia, do Maranhão e de São Paulo e da Diretoria Executiva Nacional do Unafisco.

Delegacias Sindicais prestaram homenagem a Lina Vieira



Lina Vieira agradece em vídeo a homenagem dos colegas

Vera Teresa Balieiro entrega placa aos cuidados de Henrique Freitas

Após os discursos, a presidente da DS/RJ fez a leitura dos dizeres gravados em uma placa como homenagem das Delegacias Sindicais, promotoras do Seminário, à gestão da ex-secretária Lina Vieira. “Para

marcar esses 11 meses e 15 dias, que trouxeram um patamar de desempenho e de dignidade para a função de secretário da Receita, que não comporta rebaixamento, bem como resgataram a auto-estima da categoria, a noção da sua força, do seu compromisso, da sua responsabilidade”, declarou Vera Teresa Balieiro ao justificar a homenagem.

A auditora-fiscal Lina Vieira, que não pode comparecer ao Seminário, enviou um vídeo onde agradece a homenagem recebida. O subsecretário de Fiscalização da RFB, Henrique Jorge Freitas, recebeu a placa em nome de Lina Vieira.

Leia íntegra dos dizeres gravados na placa:

“À Colega auditora fiscal Lina Maria Vieira: Sua liderança, à frente da Receita Federal do Brasil condiszente com os mais caros Princípios Republicanos, é digna de amplo reconhecimento público. A recondução da Receita Federal do Brasil a órgão de Estado e a inflexão na política tributária rumo à justiça fiscal são um legado perene, que será lembrado e defendido com firmeza pela nossa categoria. Receba as nossas homenagens com especiais respeito, admiração e carinho.”

AFRFB analisam a conjuntura e falam sobre suas expectativas

Fazer com que os auditores-fiscais desempenhem plenamente todas as suas atribuições tributárias e previdenciárias para que se sintam valorizados e realizados profissionalmente. É com o objetivo de alcançar esta meta que a Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro, segundo sua presidente Vera Teresa Balieiro, vem promovendo vários eventos para discutir a legislação e a administração tributária. Em seu discurso de abertura do seminário “Previdência Social em Debate”, no dia 27 de julho, no Windsor Flórida Hotel, na cidade do Rio de Janeiro, a presidente da DS/RJ explicou, ainda, a uma platéia de cerca de 150 auditores-fiscais, que este evento era uma seqüência dos debates. “Trazer AFRFB experientes, profundos conhecedores das matérias previdenciárias, e auditores-fiscais que ocupam postos-chaves na Receita Federal do Brasil para o debate é uma tentativa de encontrar soluções, apontar caminhos, gerar propostas que nos façam alcançar nosso objetivo”, disse Vera Teresa Balieiro.

José Carlos Sabino Alves, superintendente-adjunto da 7ª Região Fiscal, que representou a superintendente Eliana Pollo na abertura do Seminário, ressaltou a importância da união da categoria nesse momento para a defesa dos interesses de todos os auditores-fiscais. “Espero que os mal-entendidos tenham todos ficado para trás e que não haja nenhuma discriminação por causa do órgão de origem, pois somos agora uma só categoria”, disse o superintendente-adjunto da 7ª RF. O coordenador-geral de Estudos, Previsão e Análise da RFB, Marcelo Lettieri Siqueira, lembrou as dificuldades enfrentadas, ao longo desses anos, com a necessidade de fusão, também, das representações sindicais da categoria. Ele considerou como um grande avanço dos auditores-fiscais a conquista de um sindicato único, em tão pouco tempo.

Em sua análise, a presidente da DS/RJ afirmou que, passados mais de dois anos, houve avanço na integração da categoria, mas que em matéria de exercício das atribuições dos AFRFB com a amplitude ad-

quirida pela fusão, ainda falta muito a avançar. “Estamos longe de termos auditores-fiscais preparados para atuar em ambas as áreas, tributária e previdenciária; e longe de termos um programa de treinamento que nos aponte essa possibilidade em um futuro próximo”, disse Vera Balieiro. Neste sentido, José Carlos Alves lembrou que apesar de, no passado, as administrações terem tempo e recurso, estes não foram aproveitados. O superintendente-adjunto da 7ª RF lamentou o fato de a RFB dispor agora de poucos recursos para investir na integração das pessoas, mas que mesmo assim todo o possível será feito para que isso ocorra. Com relação ao tempo ainda disponível, José Carlos afirmou não saber, pois, vai depender do projeto que será encaminhado na Receita daqui para frente.

A integração física, a falta de comunicação entre os sistemas informatizados e a existência de procedimentos que não se coadunam foram apontados por Vera Balieiro como problemas da fusão ainda hoje existentes. O que se percebe, segundo ela, é que as atribuições relativas às contribuições previdenciárias, desde a fiscalização, controle da arrecadação e o atendimento ao público, foram relegadas a um segundo plano e que estão sendo exercidas de maneira precária.

Previdência Social - O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Henrique Jorge Freitas, falou sobre a importância de se discutir a fiscalização previdenciária e buscar propostas de melhoria ao que já está sendo feito. Neste sentido, a superintendente-adjunta da RFB da 7ª Região Fiscal, Denise Esteves Fernandez, defendeu que a fiscalização também seja focada no se-

tor da construção civil, nas pequenas e microempresas, bem como nas entidades filantrópicas. Ela ressaltou que o aumento das receitas nessas três primeiras áreas não tem correspondido ao crescimento do número de empregos. “Ou está havendo sonegação ou os valores foram subestimados”, afirmou.

A superintendente-adjunta da RFB da 7ª RF alertou para o cuidado que se deve tomar com a proposta da nova reforma de desvincular do orçamento da Seguridade Social algumas das contribuições sociais, pois, muitos programas sociais existem em função dessas receitas. Denise Fernandez também falou que para fazer a desoneração da folha de pagamentos é preciso que haja uma compensação para que não ocorra déficit previdenciário, o que poderia nos sujeitar a uma indesejada nova Reforma da Previdência. Henrique Freitas afirmou ser prioritário trabalhar no convencimento da sociedade. “Temos de ampliar o fórum, porque se a gente não abrir a discussão com a sociedade, nada vai mudar”, explicou.

Segundo Henrique Freitas, é preciso ter uma definição maior do que representa a contribuição previdenciária e de como ela tem de ser tratada dentro da Receita Federal, caso contrário ela vai virar um IPI, um imposto relegado a segundo plano. Denise Fernandez reforçou, também, a necessidade de tanto o gestor como o auditor-fiscal ter conhecimento das especificidades da contribuição previdenciária, visando o correto recolhimento. Para o subsecretário Henrique a questão é muito maior do que resolver meros problemas de sistema.

Para Vera Teresa Balieiro, o debate é uma tentativa de encontrar soluções, apontar caminhos, gerar propostas que nos façam alcançar nosso objetivo



Trabalho em sintonia entre auditores-fiscais e administradores



Ao lado, da esquerda para a direita, os AFRFB Carlos Roberto Bispo, Rosana Escudero Almeida, Henrique Jorge Freitas e Daniel Belmiro. Abaixo, o Seminário contou com a participação de cerca de 150 Auditores-Fiscais.



O primeiro painel “Fiscalização das Contribuições Previdenciárias, Retrospectiva e Perspectiva”, na manhã do seminário “Previdência Social em Debate”, foi bastante positivo, segundo comentários dos participantes que saíram em grupos do auditório, logo após o término dos debates. Se por um lado foi importante para os auditores-fiscais, oriundos da secretaria da Receita Previdenciária, expor as dificuldades enfrentadas com a mudança provocada pela fusão dos Fiscos, bem como relatar rotinas positivas de sua cultura, por outro, foi também uma oportunidade de a Administração apresentar tudo o que fez e estava fazendo para solucionar essas dificuldades e ainda absorver como propostas para futura adoção as experiências positivas desses AFRFB.

Ficou claro para todos que é preciso – como também concluiu o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Henrique Jorge Freitas – um trabalho conjunto entre Administração e auditores-fiscais, por meio das entidades representativas da categoria,

para se alcançar a condição de trabalho o mais próximo possível do ideal para os servidores e a de resultados para a Instituição. Para o auditor-fiscal da DRF/Juiz de Fora e diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS no período 2003/2004, Carlos Roberto Bispo, a categoria encontra-se no limiar de um novo momento, que pode ser muito bom ou muito ruim: “se for muito bom, vamos mudar o rumo, levar esta Casa para frente; se for muito ruim, sairemos por aí dizendo que o projeto da RFB não deu certo, será inviabilizado”.

Em sua palestra, Carlos Bispo, que está na fiscalização de contribuições previdenciárias desde 1981, falou sobre o funcionamento dessa atividade na época da Receita Previdenciária, procurando sempre que possível traçar um paralelo de como é feito hoje. Informou que em seu órgão de origem toda a matriz de trabalho levava em consideração informações de três áreas: fiscali-

zação, arrecadação e cobrança. Na RFB não existe esse planejamento integrado. No que tange às contribuições previdenciárias, toda a seleção e preparo está voltada para uma pesquisa interna, onde se verifica o dossiê integrado, se olha as informações da GFIP, mas não, necessariamente, para constituir crédito relativo à GFIP. A análise é superficial e compromete os resultados.

“a matriz do planejamento é voltada para os tributos e não para a fiscalização previdenciária”.
Carlos Bispo

A culpa, segundo Carlos Bispo, não é de quem está na seleção e preparo, porque a matriz do planejamento é voltada para os tributos e não para a fiscalização previdenciária. Para ele, é necessário um planejamento que contemple todos os tributos. O subsecretário, por sua vez, informou que a administração está trabalhando no sentido de trazer para o dossiê integrado as informações do GFIP. Na próxima versão, o auditor vai poder tirar o dossiê integrado da empresa que ele for fiscalizar. O AFRFB, segundo Henrique Freitas, vai poder puxar todos os arquivos que estiverem disponíveis no dossiê, e não só aqueles que o Preparo acha que ele tem de saber. Ele reforçou que a função do Preparo é disponibilizar todas as informações, as principais infrações e dizer qual é prioritária.

O subsecretário falou do retorno do *Suporte Web* e que a Fiscopédia está quase pronta para ser liberada. Os manuais de fiscalização serão disponibilizados em um local onde todos vão poder criticar o que está escrito lá e tudo ficará registrado. Essa será uma maneira de monitorar as constantes mudanças na forma de sonegar. Henrique Freitas citou a criação do Portal de Auditoria, já em desenvolvimento. A intenção é a de que toda e qualquer informação que o auditor possa precisar esteja lá. “Se não disponibilizamos nem as informações básicas, como querer que o auditor tenha qualidade no trabalho, tenha sustentação nos autos de infração?”, questionou o subsecretário.

O distanciamento das chefias e a falta de reuniões de trabalho foram também apontados por Carlos Bispo como problemas na comunicação. Na Previdência havia reuniões mensais de trabalho, onde eram discutidos números e metas, entre outros. Com isso, era possível compartilhar responsabilidades e atingir objetivos. Na RFB as reuniões não são frequentes, a discussão não acontece, e não se discute qual é a melhor maneira de atuar. “Se eu não sei o que está acontecendo, como é que eu vou me comprometer com esse processo de tra-

“Se não disponibilizamos nem as informações básicas, como querer que o auditor tenha qualidade no trabalho”.

Henrique Freitas

balho?”, afirmou Carlos Bispo. Henrique Freitas reconheceu que a Receita Federal tem um problema sério de comunicação e que isso é uma questão cultural, mas lembrou que a administração está promovendo uma série de mudanças com o objetivo de facilitar a comunicação.

A redução do número de auditores-fiscais nos procedimentos fiscais previdenciários foi mais um dentre os diversos problemas apontados por Carlos Bispo, ocasionados pela unificação. Outra questão é a lentidão dos *notebooks* disponíveis para o trabalho da fiscalização que, além disso, apresentam uma série de defeitos. Henrique Freitas afirmou que esta questão está resolvida. Ele informou que soube do problema dos *notebooks* quando esteve em Belo Horizonte com o superintendente. Existia uma norma da Cotec que dizia que o *notebook* apreendido não poderia ser usado. A administração mudou essa diretriz e “agora, a gente tem a configuração mínima que precisa para trabalhar e é proibido doar esse tipo de *notebook*”, explicou Henrique Freitas. Ele acrescentou que já solicitou à Cotec para disponibilizar, com prioridade à fiscalização previdenciária, a internet 3G que permitirá acessar com facilidade a rede da antiga Receita.

No decorrer de sua palestra, Carlos

Bispo citou um trabalho de análise pontual das questões referentes à unificação da Receita Previdenciária com a Receita Federal, feito em 2008, pela ANFIP, com a participação de representantes das dez delegacias do Brasil. Essa análise foi consolidada em dezembro de 2008 e apresentada à administração da RFB. “A partir da entrega desse trabalho, vimos como uma atitude positiva da secretária a discussão em todas as delegacias sobre o plano de racionalização de procedimentos de fiscalização; a reativação e valorização do Suporte Web; e a transformação do dossiê em meio eletrônico”, ressaltou Carlos Bispo. Em maio deste ano, o mesmo grupo com o acréscimo de algumas pessoas questionou novos pontos, como a segurança física e profissional do auditor, a localização do auditor mais próxima do contribuinte, as alterações na legislação e sistemas informatizados, dentre outros.

Prestigiaram o evento os representantes da Diretoria Executiva Nacional do Unafisco e das delegacias sindicais de Brasília/DF, Campos/RJ, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Goiás/GO, Manaus/AM, Mato Grosso do Sul/MS, Paraíba/PB, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Santa Cruz do Sul/RS, Santos/SP, São Paulo/SP e de Sorocaba/SP, além de representantes da Anfip e do Sindifisp da Bahia, do Maranhão e de São Paulo.

“a categoria encontra-se no limiar de um novo momento, que pode ser muito bom ou muito ruim: se for muito bom, vamos mudar o rumo, levar esta Casa para frente; se for muito ruim, sairemos por aí dizendo que o projeto da RFB não deu certo, será inviabilizado”.

Carlos Roberto Bispo



Seminário “Previdência Social em Debate”

Audidores-fiscais debatem propostas para uma reforma tributária justa

“Só existem dois caminhos para a Reforma Tributária: o do mercado que impõe a desoneração da folha de pagamento ou um alternativo que tem como base uma estrutura tributária mais justa, já defendida pelo Unafisco em teses aprovadas pelo CONAF de 2002”. A declaração, feita pelo vice-presidente da Delegacia Sindical do Unafisco de Porto Alegre, Fernando Freire Magalhães, na tarde do dia 27 de julho, resumiu as discussões ocorridas no segundo painel do Seminário “Previdência Social em Debate”. O evento, que reuniu cerca de 150 auditores-fiscais de várias localidades no Windsor Flórida Hotel, na cidade do Rio de Janeiro, foi promovido pela DS/Rio de Janeiro com a colaboração das delegacias sindicais de Belo Horizonte/MG, Ceará/CE, Limeira/SP, Niterói/RJ e Vitória/ES.

Fernando coordenou o segundo painel “Reforma Tributária e a Desoneração da Folha de Pagamento”, que teve como palestrantes a auditora-fiscal aposentada Clemilce Carvalho e o economista Paulo Passarinho, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Nessa parte do Seminário foi apresentado um histórico da Previdência Social até a situação atual e discutidas as perspectivas futuras. Ao contar a história desde o início da Previdência, Clemilce Carvalho chamou atenção para o fato de que já houve, naquele tempo, o que se está tentando fazer agora com a Previdência, ou seja, desmontar órgãos que poderiam ser, simplesmente, reprogramados para fazer ressurgir mais tarde. São exemplos disso o Serviço de Alimentação da



Da esquerda para a direita - Os AFRFB Clemilce Carvalho, Fernando Magalhães e o economista Paulo Passarinho.

Previdência Social – SAPS, que hoje vemos ressuscitar nos chamados restaurantes populares, e o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – SAMDU, atualmente Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Nesse painel foram ainda discutidas propostas alternativas ao que é defendido pelo governo, como no caso da Reforma Tributária. A esse respeito, foi defendido o fim das isenções tributárias concedidas ao grande capital e das deduções de juros sobre capital próprio, bem como o fim da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos. Para Paulo Passarinho é, também, ne-

cessária a revisão da Lei Kandir, isentando de ICMS produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação; o restabelecimento da alíquota de 30% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das empresas do setor financeiro e o fim da isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos estrangeiros na dívida interna. Essas medidas, segundo o economista, seriam compreensíveis por parte de qualquer pessoa.

Fernando Magalhães lembrou que muitas dessas propostas já foram bandeiras do Unafisco



Para Paulo Passarinho é ilusão acreditar que a mera desoneração da folha de salários poderia favorecer a empregabilidade no Brasil



Clemilce Carvalho alerta que para fazer a Reforma Tributária, o governo vai negociar o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal)”



O economista defendeu, entre outros, o fim da Desvinculação das Receitas da União – DRU e a reformulação do Imposto Territorial Rural, que seria “uma medida importante, inclusive para a efetivação da Reforma Agrária por meio da taxação das terras de maneira adequada”. Ele acrescentou que com essa última medida poderíamos ter um incentivo muito grande a processos de reconfiguração da propriedade fundiária no Brasil. Para Paulo Passarinho é preciso ainda a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF e a introdução no debate nacional da necessidade de financiamento público das campanhas políticas. Fernando Magalhães lembrou que muitas dessas propostas já foram bandeiras do Unafisco e lamentou o abandono delas. “Preocupa-me o silêncio estarrecedor da entidade nacional a que sou filiado”, desabafou o vice-presidente da DS/Porto Alegre.

Clemilce Carvalho afirmou que se for feita a reforma que está na Emenda 233, será necessária uma nova Constituinte porque vão mudar os orçamentos. Ela lembra que essa reforma propõe a supressão de Receitas Exclusivas do Sistema, que são receitas exclusivas da Seguridade Social conforme a Constituição. A AFRFB aposentada alertou que há interesses pesados por trás dessa reforma e que é preciso fazer um trabalho de conscientização junto aos senadores e deputados, mostrando o significado dessa reforma para o país.

Na reforma proposta, o Imposto sobre Valor Agregado – IVA federal abar-

caria o que é hoje a COFINS, o PIS, a CIDE e o Salário Educação. Paulo Passarinho chamou atenção para o fato de que no bojo da proposta existe a ameaça de o governo enviar, em 90 dias, uma vez aprovada a reforma, uma proposta de redução da Contribuição Patronal à Previdência Social incidente sobre a folha de salários. Já Clemilce Carvalho alertou para o lobby do empresariado no Congresso: “Ele (lobby) é tão poderoso que o governo disse que, para fazer a Reforma Tributária, vai negociar o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal)”.

A proposta mantém a Desvinculação de Receita da União – DRU, as Isenções Tributárias – como é o caso do Imposto de Renda sobre Investidores Estrangeiros no Mercado de Capitais – e ainda apresenta a desoneração da Folha de Pagamento com redução de contribuição de empresa. Para a AFRFB aposentada essa desoneração é, na realidade, um grande golpe, uma vez que o empresário inclui a parte do tributo dele no custo do produto ou na planilha de serviços. Se a contribuição sobre a folha passar para 40%, é o consumidor quem vai pagar por isso, ou alguém que contrate o serviço, não a empresa. “Quem carrega o Brasil nas costas é o assalariado que é descontado no fim do mês; Não podemos aceitar isso porque não é jus-

to” ressaltou Clemilce Carvalho. Fernando Magalhães destacou que o convite à categoria para resistir à desoneração da folha de pagamento feito pela AFRFB aposentada “é mais que uma proposta, é uma conclamação”.

Para Paulo Passarinho é ilusão acreditar que a mera desoneração da folha de salários poderia favorecer a empregabilidade no Brasil. O emprego depende do consumo e este exige pessoas com um nível de renda satisfatório. Só se alcança esse nível com elevação do nível geral dos salários e com o aporte do Estado provendo as famílias de serviços adequados de Saúde, Educação, Previdência. Para isso é necessária uma política tributária mais dura na obtenção de recursos das camadas mais ricas da população e, ao mesmo tempo, uma política fiscal que privilegie os gastos sociais e não os financeiros. “Este seria um caminho muito mais consistente do que o mecanismo ilusório da desoneração da folha”, concluiu Paulo Passarinho.



Seminário “Previdência Social em Debate”

Participantes assumem luta contra a desoneração da folha de pagamento

Não se tem notícia de experiência internacional exitosa sobre a desoneração da folha de pagamento, em relação às contribuições previdenciárias, que comprove que esta medida garante a diminuição da informalidade e a geração de emprego. Essa foi a conclusão a que chegaram os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil presentes no seminário “Previdência Social em Debate”, promovido pela Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro, no dia 27 de julho. Convencidos pelo debate, os participantes do evento decidiram assumir um compromisso público de defesa da Previdência Social.

Essa determinação ficou registrada na “Carta do Rio de Janeiro em Defesa da Seguridade Social” (veja íntegra na página seguinte), aprovada por todos na cerimônia de encerramento do Seminário, onde os AFRFB também se comprometem em alertar a população para as conseqüências de o parlamento aprovar a desoneração da folha de pagamento por meio do Projeto de Emenda Constitucional – PEC 233. A necessidade de união da categoria para fazer essa defesa foi uma constatação patente em todos os discursos.

Rosana Escudeiro de Almeida, auditora-fiscal da DEFIS/RJ, ressaltou a importância da união da categoria para “construir essa Receita mais téc-



Da esquerda para direita - As AFRFB Denise Esteves Fernandez, Vera Teresa Balieiro, Rosana Escudero de Almeida e Clemilce Carvalho

nica, com muita ética e com um bom serviço à comunidade”. A superintendente-adjunta da RFB da 7ª Região Fiscal, Denise Esteves Fernandez, lembrou que a participação dos AFRFB nos projetos apresentados pela administração, seja no desenvolvimento de sistemas, seja nas alterações da legislação, é um investimento em uma forma melhor e mais eficiente de trabalhar.

A auditora-fiscal aposentada Clemilce Carvalho afirmou que defender o sistema previdenciário é uma obrigação de cidadania, lembrando de que mais de 100 milhões de pessoas são assistidas e que mais de 70% dos municípios do interior do Brasil sobre-

vivem graças aos beneficiários da Previdência. A presidente da DS/RJ, Vera Teresa Balieiro, disse que o assunto é sério, grave e demanda o envolvimento e a união de toda a categoria na defesa dos interesses corporativos dos AFRFB e da sociedade. “Se Deus quiser, estaremos no Congresso Nacional fazendo essa batalha pela Previdência Social Pública juntos, firmes e de maneira muito positiva”, concluiu Vera Teresa Balieiro.

O Seminário, realizado no Windsor Flórida Hotel, na cidade do Rio de Janeiro teve a colaboração das Delegacias Sindicais de Belo Horizonte/MG, Ceará/CE, Limeira/SP, Niterói/RJ e Vitória/ES. Prestigiaram o evento cerca de 150 AFRFB, entre eles os representantes da Diretoria Executiva Nacional do Unafisco e das delegacias sindicais de Brasília/DF, Campos/RJ, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Goiás/GO, Manaus/AM, Mato Grosso do Sul/MS, Paraíba/PB, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Santa Cruz do Sul/RS, Santos/SP, São Paulo/SP e de Sorocaba/SP, além de representantes do Sindifisp da Bahia, do Maranhão e de São Paulo.



AFRFB participantes do Seminário aprovaram por unanimidade a Carta do Rio de Janeiro em Defesa da Seguridade Social.



UNAFISCO SINDICAL - Delegacia Sindical do Rio de Janeiro
Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal

Rua Debret, 23 Salas 401/405 - Centro - Rio de Janeiro/RJ – CEP:20030-080
Tel.: (21) 3125-3800 - Fax.: (21) 3125-3805 - e-mail: dsrj@unafisco-rj.org.br

CARTA DO RIO DE JANEIRO EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

Compromisso dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil: encarar como missão a defesa da Seguridade Social, a fim de garantir o exercício de cidadania e o mínimo de qualidade de vida para milhões de brasileiros.

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - AFRFB presentes ao seminário **“PREVIDÊNCIA SOCIAL EM DEBATE”** realizado pela Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Unafisco Sindical no dia 27 de julho de 2009, reafirmam à sociedade brasileira o compromisso de defesa da Previdência Social pública.

No momento em que é travado o debate sobre a desoneração da folha de pagamento, em relação às contribuições previdenciárias, os AFRFB – como agentes do Estado e autoridades tributárias – vêm a público alertar a população das conseqüências desse projeto que tramita no parlamento, por meio do Projeto de Emenda à Constituição nº 233.

No seminário, ficou demonstrado que não se tem notícia de experiência internacional exitosa sobre a desoneração da folha de pagamento a garantir que tal medida viesse a estimular o aumento de empregos. Portanto, deixou órfão quem defende a medida como garantidora da diminuição da informalidade e da geração de emprego.

A auditoria-fiscal das contribuições previdenciárias como uma das prioridades de ação da Receita Federal do Brasil é imperativa e inadiável, por ser um dos principais instrumentos de preservação e aperfeiçoamento do sistema de proteção social do Brasil e de financiamento da Seguridade Social, como um todo, e da Previdência Social, em particular.

Por fim, para atingir os objetivos apontados acima, necessitamos de uma administração tributária transparente, republicana e com autonomia técnica da fiscalização que impeça privilégios e perseguições, e que a ocupação do cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil se dê através de critérios de ética, competência técnica, integridade, independência e comprometimento com a justiça Fiscal.

**AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL REUNIDOS NO
SEMINÁRIO “PREVIDÊNCIA SOCIAL EM DEBATE”**

DELEGACIA SINDICAL DO UNAFISCO SINDICAL NO RIO DE JANEIRO

